

## Apresentação

Rosângela de Lima Vieira

**Como citar:** VIEIRA, R. D. L. Apresentação. In : VIEIRA, R. D. L. (org.). **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.13-24. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-573-5.p13-24>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## APRESENTAÇÃO

*Rosângela de Lima Vieira*

“As coisas mudam no devagar depressa dos tempos.”  
Guimarães Rosa

O Seminário, em que se buscou discutir o Golpe Militar que deflagrou a ditadura civil-militar por mais de duas décadas, constituiu-se necessariamente em um evento de memórias e da história vivida por seus participantes. Portanto, a presente coletânea de artigos subsidia reflexões sobre essa experiência. Como historiadora, que atua no rol das Ciências Sociais, muitas vezes tenho experimentado a necessidade de trabalhar com a história do tempo presente. Pelo fato de pesquisar história econômica, na vertente braudeliana da longa duração, inúmeras vezes tenho sido chamada a refletir sobre a atual crise do capitalismo.

Sendo assim, a presente tarefa não encontra similar em minha trajetória acadêmica. Todavia, eu não poderia como historiadora, me eximir da responsabilidade de organizar o evento e a coletânea. Foi uma oportunidade de criar um espaço importante para a análise da ditadura, no processo de formação das novas gerações. Coordenar o seminário *Golpe*

*Militar – 50 anos: memória, história e direitos humanos*<sup>1</sup>, e agora a coletânea dos artigos, inaugura para mim a necessidade de conectar a história vivida, com a história a ser analisada.

Ainda criança, mesmo vivendo uma infância restrita ao ambiente familiar e escolar na cidade de São Paulo, aprendi que a época, em que vivíamos (anos 70 do século passado), era de medo. Acontecimentos me surpreendiam cotidianamente; ouvia notícias de morte de pessoas próximas ao nosso convívio, ou de desaparecimento de jovens – filhos de amigos de meus pais. Adolescente nos anos 80, fui compreendendo que aquelas memórias infantis estavam dentro de um contexto mais amplo e grave. E que as manifestações cívicas, de que havia participado, encobriam de fato uma ditadura, travestida de ‘revolução’. Também compreendi que a abertura ‘lenta, gradual e restrita’ não passava de um adiamento proposital da democracia. Já estudante universitária, descobri que o Golpe à democracia tinha dado início a um brutal capítulo de nossa história: o terror de Estado.

Sintetizei essas poucas linhas para de início afirmar: sou testemunha ocular e auditiva dessa história, sim. Esse ponto de partida é fundamental para registrar ao leitor o lugar do qual estou falando. E caso pare a crítica de que “Preso na rede de uma história que é em parte sua, o historiador não seria capaz de desembaraçar serenamente o emaranhado nem de escapar à subjetividade, ao julgamento.”, Philippe Tétart indaga: “Mas não está todo historiador intimamente *presente* na história que compõe?” (2000, p. 135, grifo do autor). Assim, anistiada de tal julgamento e assumindo a decisão de organizar o evento e agora essa coletânea, destaco como objetivo principal da empreitada a costura entre a memória e a história deste infeliz cinquentenário.

Ao longo do meio século de história, as análises dessa efeméride passaram da nomeação de revolução, para golpe militar, e atualmente golpe civil-militar. A constituição da Comissão Nacional da Verdade, exigida em condenação do Estado brasileiro na Corte Interamericana de DH, ainda busca acesso aos arquivos físicos e memoriais para resgatar fatos e elucidar as ocultas histórias. A atual conjuntura nos impõe um esforço no estímulo

<sup>1</sup> Evento realizado na Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp/câmpus de Marília (de 31 de março a 03 de abril de 2014), promovido pelo Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, Departamento de Sociologia e Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Apoio: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Observatório de Educação em Direitos Humanos da Universidade Estadual Paulista.

às novas gerações a ingressarem nesse emaranhado do passado próximo e interventor de nosso cotidiano.

Os golpes são reincidentes na história do Brasil: foi assim ainda na monarquia com o golpe da maioria em 1840; a proclamação da república, em 1930, instaurando a ditadura Vargas; e em 1961, o golpe parlamentarista. Sempre que a elite depara-se com alguma dificuldade de conciliar seus interesses ou de conter os movimentos sociais, ela recorre a um golpe para solucionar o problema, colocando a sociedade em um Estado de exceção e, portando, impondo um regime não democrático. A recidiva nos faz necessariamente questionar se tais processos são exceção ou os breves períodos de democratização é que concretamente fugiram à regra.

O Golpe de 64 ocorreu para que possíveis reformas não ocorressem. A sociedade brasileira nos anos que o antecederam requeria mudanças. A elite brasileira aprendeu com os portugueses a conservar as estruturas sociais a partir da não distribuição de terras. Desde as Capitânicas Hereditárias até hoje, as poucas mudanças que ocorreram quanto ao acesso a terra foi o fato de ela ser, desde meados do século XIX, uma mercadoria, aliás, de alto valor. No campo e nas cidades, o trabalhador é mantido na condição de subordinado justamente porque é historicamente alijado da participação política e das decisões de toda ordem na sociedade brasileira.

Naqueles anos de breve período democrático (1946-1964), os trabalhadores exigiam acesso a terra e a melhores condições de vida nas cidades. Assim as propostas de reformas, agrária e urbana, foram lidas pela elite como sinal de perigo. Daí a necessidade de recorrer à conhecida estratégia golpista.

Por outro lado, interesses internacionais, mais especificamente estadunidenses, dividiam o mundo em dois pólos – a Guerra Fria – para facilitar a acumulação incessante de capital, exigindo do Brasil um posicionamento incontestável para se manter atrelado a esse capital e à acumulação que ele proporciona para a elite brasileira.

Foi assim que em março de 1964 – o golpe e a ditadura civil-militar, que seguiu nas décadas seguintes, transformaram o Brasil. Passados 50 anos, ainda estamos construindo relações sociais e políticas mais democráticas; mesmo com diversas iniciativas, há ainda muito a ser feito. Em

março de 2014 – 50 anos depois, é necessário que a memória, a história e as ciências sociais como um todo se debrucem na busca de análises do passado e do presente como partes imbricadas do mesmo processo. Deu-se assim o perfil do evento e da presente coletânea: juntamente com o entrelaçamento da memória e da história, buscamos oportunizar que diferentes prismas da ditadura fossem explorados. Temas como a educação, a economia, o conceito de Segurança, e outros tantos, foram abordados, debatidos e refletidos. Outro aspecto fundamental no Seminário foi uma postura interdisciplinar nas análises e demais atividades. A programação contou com mesas, palestras, filmes, debates e a exposição “Vala Clandestina de Perus”<sup>2</sup>.

A obra que aqui apresentamos reflete o conjunto das atividades e concomitantemente contribui de forma exemplar para observarmos que a história vivida interfere no que pensamos e produzimos.

\* \* \*

O texto, “Memória de dez anos: os anos 70”, de Marcos Del Roio, apresenta um interessantíssimo entrelaçamento entre suas memórias e a história daquela década. O professor Del Roio imbricou suas experiências pessoais com os fatos e conjunturas vividas no Brasil e na Europa. Trata-se da história vívida. Fatos que estamparam as capas dos jornais e estão nos livros tiveram-no como testemunha ocular e o inflexionaram a tornar-se um cientista político. Atento em tecer suas lembranças aos eventos históricos, o autor observou a política, a cultura e o meio acadêmico dos anos 70.

O artigo “*Golpe militar e educação: a extinção das experiências educacionais, história nova e ginásios vocacionais*”, de Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, analisa o início dos anos 60, período pré-golpe – governo de João Goulart, quando ocorreram experiências educacionais importantes,

<sup>2</sup> Exposição fotográfica itinerante intitulada: “Vala Clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira” organizada pelo Instituto Macuco, Ministério da Justiça e Núcleo de Preservação da Memória Política. A exposição narra a descoberta da vala, no Cemitério Dom Bosco, em Perus, no dia 04 de setembro de 1990, onde foram enterrados desaparecidos políticos assassinados por militares na ditadura. São 1.049 ossadas enterradas clandestinamente e que aguardam ainda a identificação.

ainda pouco conhecidas como o trabalho de Paulo Freire na educação de jovens e adultos, a História Nova dirigida por Nelson Werneck Sodré e os Ginásios Vocacionais implementados pela Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo. Segunda ela, talvez em outro contexto histórico, essas experiências teriam sido somente mais um projeto de melhoria da educação básica. Porém no período do golpe militar transformaram-se em ameaças ao olhar míope dos ditadores de plantão.

Também no artigo, “O golpe militar e a educação: o impacto da legislação e das políticas da ditadura no ensino superior, continuidades e rupturas” temos parte da história da educação brasileira, em especial a universitária; dos anos que antecedem o Golpe até os dias atuais. A autora, Neusa Maria Dal Ri, problematiza o processo histórico, cuja legislação e políticas educacionais inauguradas pela ditadura permanecem no perfil modernizador, conservador e elitista da universidade brasileira. Dal Ri enfatiza também os movimentos de resistência nos tempos da ditadura, no processo de redemocratização e atualmente, como fundamentais na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Essa luta, por coincidência, se faz presente no momento em que organizamos esta coletânea, dada a longa greve das universidades estaduais paulistas.

Já no artigo “Formação humana e repressão militar: sutilezas e crueldades no exercício do poder”, Vandei Pinto da Silva implementa uma dialética entre a memória do vivido com elementos da história da educação brasileira e de seus determinantes na formação da consciência em tempos de exercício arbitrário do poder. O resgate da memória, na primeira parte do texto, refere-se à sua experiência escolar no período da ditadura, no qual a ênfase era a profissionalização e a formação moral e cívica, destinadas ao mercado de trabalho industrial e comercial e à formação ideológica requerida pelo sistema militar. Sua análise destaca que na formação escolar oficial, não havia espaço para reflexões de natureza filosófica, sociológica e histórica críticas. Entretanto, mesmo assim, a resistência e a contestação emergiram. Por isso o autor observa que a formação da consciência crítica ocorreu fora da formação escolar. Foi na práxis social, nas experiências advindas do campo da arte, especialmente da música, e de diferentes tipos de organizações sociais, que surgiram novas possibilidades de superação do pensamento único aspirado pela ditadura militar.

Os dois textos a seguir igualmente apresentam a trama entre memória e história vivida no que tange mais especificamente às mulheres. Lidia M. V. Possas, em “Memória e testemunhos dos tempos de Ditadura: militância(s), vivência(s), sobrevivência e comemorações”, apresenta o exercício da narrativa e da memória da história recente do Brasil e da América Latina. A autora nos indica que *lembrar* em muitos países do Cone Sul, tem sido uma forma de restaurar a cidadania destruída e os laços familiares e sociais dissolvidos pela violência de Estado. Como pesquisadora ela tem intensificado seus estudos sobre a invisibilidade de mulheres viúvas nos movimentos de resistência às ditaduras no Brasil e na Argentina e nesse texto ela apresenta o tema de forma sucinta.

Por sua vez, em “A insurgência do feminismo popular sob a ditadura militar”, Maria Amélia de Almeida Teles, ao mesmo tempo em que retrata o processo histórico da emancipação das mulheres na conjuntura da ditadura militar, narra as reminiscências de um sujeito histórico consciente e crítico que viveu as agruras daquele período truculento, escolhendo ser ativa na construção da liberdade. Exemplo de coragem e de consciência, a ex-operária mineira nos lega ainda, nesse texto, uma reflexão das conquistas feministas frente a todo tipo de preconceitos e machismos, antes, durante e depois da ditadura. Assim, demonstra o lugar primordial das mulheres na construção da democracia nesse país.

Os três artigos a seguir contribuem para a análise do período sob a ótica da economia brasileira ao longo do século XX.

Assim, Francisco Luiz Corsi, em “A ditadura militar e a economia brasileira”, contribui para o debate mais especificamente com reflexões que tratam dos projetos econômicos do período que antecedeu ao golpe de Estado. O autor mostra que, naquela conjuntura, os setores desenvolvimentistas das classes dominantes estavam rachados, dada à segmentação e a diversificação de interesses da burguesia. A defesa de um projeto de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro e o receio da crescente mobilização popular levaram as classes dominantes mais uma vez a se unificarem contra o trabalhismo reformista, em um contexto de forte pressão norte-americana depois da revolução cubana. Parece que Goulart tardiamente percebeu que sua sustentação no governo e a execução de seu programa desenvolvimentista, nacionalista e reformista somente seriam

possíveis com amplo apoio popular, o que o levou a radicalizar sua posição, na esperança de deter o golpe e pressionar o Congresso a aprovar as reformas. A estabilização ficaria para depois. Os setores golpistas das forças armadas, com apoio da elite econômica, da grande imprensa, das classes médias e com apoio do governo norte-americano, ao se defrontarem com a possibilidade real, ou imaginária, de rápido fortalecimento do movimento reformista dentro da ordem democrática desferiram um golpe de Estado, implantando a ditadura militar no Brasil. As questões relativas aos rumos da economia seriam encaminhadas a partir desses interesses vitoriosos.

No artigo “Economia e Relações Internacionais no Governo Goulart: o caso do Plano Trienal (1963)”, Felipe Pereira Loureiro também aborda a conjuntura que antecedeu ao golpe militar de março de 1964. Discute as políticas econômicas, em particular o Plano Trienal de Celso Furtado, e os principais problemas econômicos enfrentados naquele momento, como o posicionamento do governo dos EUA ante o governo Goulart; o combate à inflação e o grave desequilíbrio externo. Segundo ele, eram necessários empréstimos externos e sua concessão por parte dos EUA e do Fundo Monetário Internacional (FMI) foi condicionada ao afastamento em relação à esquerda, ao respeito dos interesses das empresas estrangeiras que atuavam no país e à adoção de uma dura política de estabilização. Tais medidas garantiriam os pagamentos ao capital norte-americano e conduzir o governo brasileiro para uma posição de centro, considerada mais aceitável. Para Loureiro, o presidente Goulart tentou seguir essa linha, mas isso significava afastar-se de suas bases de sustentação política. Só quando ficou claro que essa evolução não seria possível é que o governo norte-americano passou a dedicar-se firmemente a derrubar o governo legítimo de Goulart.

Adilson Marques Gennari – em “A economia brasileira do pós-1964: desenvolvimento capitalista e tragédia social” – também faz uma ampla discussão sobre a economia nesta fase, porém a partir de uma análise crítica de longo prazo, enfatizando as tendências de crescente subordinação ao capital estrangeiro e de concentração da renda e, portanto, de incremento das desigualdades sociais, apesar do intenso crescimento econômico, que beneficiou, sobretudo, as classes dominantes. Já que estas classes não tinham uma postura nacionalista, tenderam a associar-se ao capital estrangeiro de forma subordinada. Os problemas da profunda desigualda-



de social, da miséria de grande parte da população e da exclusão, faces de um mesmo processo, expressavam determinações profundas que tinham origem em uma sociedade colonial assentada na grande propriedade e na escravidão, voltada para a exportação de bens primários para a economia mundial. Estes problemas foram aprofundados no período da ditadura a partir da adoção de políticas econômicas que, além de estimularem a acumulação de capital, implicaram na contenção dos salários e no incremento explosivo da inflação, da dívida interna e da dívida externa.

O intenso crescimento no período acirrou uma série de condições que contribuiriam para o ocaso da ditadura. Do ponto de vista econômico, o epicentro dos problemas foi o crescente endividamento externo, que resultou, no início dos anos 1980, em uma crise que asfixiou a economia brasileira e foi responsável por mais de 10 anos de estagnação econômica e crise social. De forma articulada ao crescente endividamento externo, dois processos também contribuíram decisivamente para esse resultado: a escalada inflacionária e a crise fiscal. Tais problemas resultaram, em grande parte, da política econômica dos governos militares. A crise da ditadura também marcou o colapso do desenvolvimentismo, que tinha atingido seu ponto alto durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento. O II PND propunha completar o processo de industrialização com base no padrão de acumulação fordista, justamente quando este já estava sendo questionado devido aos problemas estruturais do capitalismo desencadeada pela crise do petróleo, em 1979.

Em conjunto, as análises econômicas de Corsi, Loureiro e Gennari complementam-se e demonstram a complexidade do golpe militar de 1964 tanto pelos seus aspectos estruturais como conjunturais. Os autores ressaltam a relevância dos processos econômicos naquele conturbado contexto para entendermos o golpe militar e as suas consequências para a economia brasileira. Embora não possamos interpretar o golpe apenas como uma resposta de setores das classes dominantes aos embates acerca dos rumos da economia, estes embates estavam no centro da luta de classes da época, sem desconsiderar a importância de inúmeros outros fatores, obviamente.

O texto “Imagens de luta e de luto: ciclo de cinema ‘economia e sociedade’ nos 50 anos do golpe militar” apresenta algumas reflexões desenvolvidas a partir do Ciclo de Cinema ocorrido durante o Seminário.

Foram 5 filmes, sendo três brasileiros: “*O ano que meus pais saíram de férias*”, “*Marighela*” e “*Hércules 56*”; um argentino: “*Infância Clandestina*”; e um chileno: “*Machuca*”. Segundo os autores – cada um debatedor de um dos filmes, Agnaldo dos Santos, Francisco Luiz Corsi, José Marangoni Camargo e Laércio Fidelis Dias – a intenção texto sobre o Ciclo de Cinema foi a de relatar algumas das reflexões desenvolvidas com os participantes do ciclo, sem a pretensão de uma análise exaustiva. Segundo eles, a mostra cinematográfica possibilitou aos jovens estudantes um proveitoso debate em conjunto com os docentes e para esses a oportunidade de externarem suas próprias experiências enquanto testemunhas do contexto exposto nas películas, aproximando aquelas imagens da história vivida.

Os três artigos a seguir apresentam análises do tema militarização e segurança pública. O primeiro, “A militarização à brasileira: justiça privatista e gestão dos ilegalismos”, de Alessandra Teixeira, reflete sobre os impactos trazidos pelo golpe militar de 1964 junto às políticas de segurança pública no Brasil. A autora expõe que o tema da militarização brasileira precisa ser analisado com uma ampliação do corte temporal, ou seja, tal fenômeno não foi inaugurado naquele momento histórico; muito pelo contrário, remonta ao período colonial a concepção militarista de conduzir a sociedade. Por outro lado, os sujeitos responsáveis na propagação dessa ideia como estratégia de governo são múltiplos, sejam instituições públicas ou privadas. Eles têm convicções de que a segurança pública e a repressão devem estar a serviço de uma ordem social segundo os interesses econômicos e políticos das elites. Tal ideologia permeia até hoje a mentalidade grande parte da sociedade brasileira. E nem mesmo a Constituição Federal democrática de 1988 alterou este status.

Carlos Henrique Aguiar Serra, em “A militarização da segurança pública e as permanências autoritárias: contradições e perspectivas do Estado de Direito” problematiza os efeitos produzidos pela Constituição de 1988 em relação especificamente à Segurança Pública no Brasil. O autor considera que ocorreram avanços com a Constituição de 1988, principalmente no que tange à “consagração de direitos”, contudo há ainda muitos impasses, incongruências e permanências autoritárias que denotam explicitamente os dilemas presentes no Estado de Direito no Brasil. As contradições são visíveis no perfil da sociedade atual, diagnosticado por Serra, no

qual a despolitização dos conflitos sociais, da violência e da criminalidade promove uma *sacralização da pena* e a intensificação do fenômeno da judicialização da política. E conseqüentemente as contradições nutrem o re-crudescimento do aparato estatal punitivo que potencializa em larga escala a letalidade do Estado.

E Luís Antônio Francisco de Souza, no artigo “Militarização da segurança no Brasil contemporâneo. Um exame do legado da ditadura nos 50 anos do golpe militar de 1964”, afirma que a ditadura estimulou as personalidades autoritárias, o preconceito e a violência contra as diferenças; aprofundou o fosso entre urbano e rural; aumentou as jogatinas e a corrupção que favoreceu setores inteiros da elite militar e civil; distanciou ainda mais centro e periferia, brancos e negros, ricos e pobres; e legitimou a repressão ilegal aos movimentos sociais. O autor ressalta ainda o período ditatorial como fundamental na criação e fortalecimento das empresas de segurança privada e bancária – sobretudo após os sequestros e atentados aos bancos nos anos 1960 e 1970 –, destacando a alta letalidade da polícia atualmente como efeito da ditadura e tornando rotina o arbítrio e a violência no trato das questões criminais, nas prisões e nas delegacias.

Em seguida temos o texto “Militares, a Comissão Nacional da Verdade e a Democracia: uma reflexão para a história e o presente” de Paulo Ribeiro da Cunha. É uma análise de trabalho em curso realizado pela Comissão Nacional da Verdade, na qual Paulo Cunha atua no subgrupo intitulado ‘Militares Perseguidos’. O objetivo, segundo ele, é construir o diálogo entre os militares e a sociedade civil operando um resgate dessa história. A perseguição a militares de esquerda no período da ditadura atingiu as três armas e indistintamente todos os níveis da hierarquia, tanto da ativa como da reserva. Muitos militares foram presos e/ou vigiados constantemente ao longo da ditadura; outros foram atingidos profissional, financeira e moralmente. Cunha afirma tratar-se de uma memória que precisa ser conhecida pelas novas gerações de militares e pela sociedade em geral. Para ele, o final dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade constitui-se muito mais um ponto de partida do que de chegada.

\* \* \*

No percurso destes textos, o leitor perceberá claramente que o legado da ditadura pode ser visto ainda hoje em cada esquina social, marcada pela dificuldade que temos de estabelecermos relações concretamente democráticas, seja na vida pública ou privada. Muitas das instituições são autoritárias. Nas escolas, por exemplo, professores e alunos ainda não opinam sobre os conteúdos a serem estudados, o que dizer da escolha de seus diretores ou de seus objetivos educacionais. Na grande maioria delas, o Conselho Escolar ainda é uma figura decorativa e sem autonomia.

Do mesmo modo, a cultura autoritária explicita-se no comportamento da Polícia Militar e no conceito de Segurança Pública. E isso já vem de longa duração no combate aos movimentos sociais ou às fugas de escravos. De fato, a ideia de segurança pública objetiva a defesa e proteção da propriedade privada, para a qual os movimentos sociais e a população em geral são uma ameaça. Mantenedores da ordem vigente, tal como à época da escravidão, ou das primeiras greves no início do século XX, ‘tudo é caso de polícia’. São os guardiões da repressão e indiscutivelmente com a concordância das classes dominantes. Resultado: inúmeras prisões abarrotadas de gente em condições desumanas. E a pena morte aos nossos jovens e pobres é ilícita, mas verídica.

Muitos dos que estavam na política que sustentou o Golpe e a ditadura ainda estão por aí, inclusive ocupando cargos eletivos. E mesmo aqueles que, embora liberais, foram perseguidos pelo exagero, miopia e ignorância dos nossos ditadores, hoje usam a sua condição de perseguido político para dizer que lutaram pelo país, pelo povo, investindo-se ou travestindo-se de defensores da democracia. De fato são os protetores da manutenção da realidade desigual, injusta e autoritária da sociedade brasileira.

Ao final, ainda merece destaque o papel da mídia nas sociedades contemporâneas. Embora estejamos na ‘era da informação’, quando os meios de comunicação deveriam contribuir para sua democratização, o que vemos é o inverso. A mídia submetida aos interesses do capital manipula os dados, distorce fatos e ainda cria versões da realidade segundo a ótica das elites.

Penso que a ditadura acabou, oficialmente em 1979, porque já tinha feito todo o trabalho mais sórdido. Além do mais havia montado

uma estrutura de domínio ideológico. A educação já estava pauperizada – sobretudo pela ausência de formação crítica nas disciplinas de história, geografia, filosofia e sociologia por um longo período, negando às novas gerações condições de uma análise profunda da realidade. Estava garantida a cidadania passiva. E mais, a criminalização dos movimentos sociais estava assegurada nos conceitos de ‘polícia militar’ e de ‘segurança pública’. Por fim, a mídia tutelada pelo capital e conseqüentemente a serviço dos interesses das classes dominantes, garante a versão meritocrática do liberalismo. Portanto estavam e estão perpetuadas as estruturas históricas necessárias para a continuidade da concepção conservadora das elites brasileiras e de seu lugar privilegiado na sociedade, na política, enfim no poder.

O processo de redemocratização liberal e sob controle evitou as críticas essenciais à ditadura. E assim, as estruturas sociais construídas pela ditadura garantiram que as mudanças fossem dentro dos parâmetros defendidos pelos mesmos grupos que empreenderam o golpe de 1964. Não estamos dizendo que nada mudou, ou qualquer coisa que o valha; contudo afirmamos que, *mutatis mutandis*, vivemos a democracia permitida pelos interesses das elites brasileiras e do capital globalizado. Os ecos da ditadura ainda estão presentes e a superação das necessidades, provenientes dos oprimidos e excluídos, continua perpetuada somente no campo das ideias.

## REFERÊNCIAS

TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Tradução Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 2000.